

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O custo alto da desinformação3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Superávit do governo recuou em dezembro, estima Ipea4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lei cria câmara nacional para uniformizar contencioso administrativo sobre IBS e CBS
.....5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Esplanada entrará em modo transformação7

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

CPI do Crime Organizado deve investigar Caso Master9

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
SEGURIDADE SOCIAL

Licenças do trabalho por transtorno mental têm alta de 79% em 2 anos10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Aliado de Ibaneis tenta destravar consignado do Master no INSS12

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Copom deve manter taxa de juros em 15% ao ano em primeira reunião de 202614

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Novas fontes de energia podem ser desafio à arrecadação dos Estados15

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

O novo sistema tributário brasileiro (Artigo)17

O GLOBO - RJ - SAÚDE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Justiça adia prazo para Refit pagar dívida ao estado19

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Índia e UE fecham acordo histórico de livre comércio20

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tarifas minam plano de Trump de tornar a indústria americana grande de novo22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Campos Neto sabia dos problemas do Master, mas evitou intervir no banco25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Fed deve interromper sequência de cortes de juros	27
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
A oportunidade do capital estrangeiro	28
O GLOBO - RJ - CAPA ECONOMIA	
"Risco Trump" derruba dólar, e Bolsa bate novo recorde	29
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
DOLAR CAI A RS 5,20 MENOR VALOR EM QUASE 2 ANOS	30
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Selic: corte pede expectativas ancoradas (Artigo)	32
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Dólar vai à mínima em 20 meses e derruba juros futuros	34
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Tesouro Direto tem emissão líquida recorde em dezembro	36

O custo alto da desinformação

Surgido no fim de dezembro e ainda em alta nas pesquisas feitas na internet deste mês, como atesta a ferramenta Google Trends, um boato sobre uma inexistente "taxação do Pix" é o sintoma de uma doença que aflige a sociedade brasileira contemporânea: a desconexão entre a realidade administrativa do Estado e a percepção do cidadão comum.

Alimentada por correntes de desinformação em redes sociais, uma atualização normativa rotineira da **Receita Federal** transformou-se em pânico coletivo, expondo não apenas a fragilidade do debate público, mas também um preocupante desconhecimento sobre o funcionamento básico da máquina fiscal.

É imperativo restabelecer a verdade dos fatos. O governo não criou um imposto sobre o Pix. O que ocorreu, na prática, foi um aprimoramento das ferramentas de fiscalização existentes. Desde 2003, as instituições bancárias são obrigadas a reportar movimentações financeiras globais ao Fisco. O Pix, ferramenta lançada em 2020, sempre integrou essa base de dados. As novas normas, publicadas no Diário Oficial da União em 18 de setembro de 2024 e vigentes desde 1º de janeiro, apenas corrigem uma distorção de mercado ao exigir que as fintechs e carteiras digitais sigam as mesmas regras dos bancos tradicionais, garantindo isonomia ao sistema.

Mais do que isso: a medida é, na verdade, benéfica ao contribuinte honesto.

Ao elevar os limites de isenção de reporte - de R\$ 2 mil para R\$ 5 mil para pessoas físicas -, a **Receita Federal** reduz a burocracia sobre o cidadão comum e concentra seus esforços de inteligência onde realmente importa: no combate à sonegação de grandes volumes, à lavagem de dinheiro e ao crime organizado.

A facilidade com que a desinformação sobre a medida prosperou, porém, deixa evidente uma falha estrutural na formação do povo. O brasileiro médio, muitas vezes por justa desconfiança histórica, enxerga o Estado apenas como um ente arrecadador voraz, desconhecendo os mecanismos de controle e seus funcionamentos, que são essenciais para a própria justiça fiscal. Saber diferenciar o monitoramento de dados (necessário para a segurança do sistema financeiro) da criação de **tributos** (que exige lei específica) é o mínimo que se espera de uma cidadania ativa e vigilante.

O prejuízo dessa ignorância é cívico e financeiro. A onda de boatos que tomou conta das redes sociais criou a cortina de fumaça perfeita para estelionatários, que agora utilizam o medo da "nova taxa" para aplicar golpes via SMS, simulando cobranças oficiais. O cidadão que não se informa em fontes oficiais torna-se presa fácil.

O episódio deve, pelo menos, servir como um alerta pedagógico. Em um mundo hiperconectado, acessar e compreender uma informação de qualidade é a primeira linha de defesa da democracia e do patrimônio individual. Ao Estado cabe o dever de comunicar suas normas com clareza solar, despindo-se do "economês". Ao cidadão cabe o dever de duvidar, checar e compreender as engrenagens do país onde vive. Exercer a cidadania exige, antes de tudo, compromisso com a verdade.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/01/28/all.pdf>

Superávit do governo recuou em dezembro, estima Ipea

Ruan Amorim e Mariana Andrade

As contas do governo central, que reúnem Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central, registraram superávit primário de R\$ 12,6 bilhões em dezembro de 2025, segundo estimativas preliminares divulgadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Por sua vez, o acumulado do ano apreI PCA sentou déficit primário de R\$ 70,1 bilhões. O saldo negativo é superior ao registrado no mesmo período de 2024, quando o déficit havia sido de R\$ 45,8 bilhões. O resultado corresponde à diferença entre receitas e despesas, excluídas as despesas com a dívida pública.

Os dados têm como base informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Já o Resultado do Tesouro Nacional (RTN) referente a dezembro e 2025 deve ser divulgado nesta quinta-feira (29).

Segundo o Ipea, a receita líquida do governo central alcançou, no último mês do ano passado, R\$ 240,2 bilhões, representando queda, sempre em termos reais, de 2,5% em relação a 2024. As despesas totalizaram R\$ 227,6 bilhões, crescimento de 2,9% na mesma base de comparação.

Ainda segundo o estudo, a arrecadação sob gestão da **Receita Federal do Brasil** (RFB) cresceu R\$ 14,2 bilhões em dezembro, 8,8% mais que no mesmo período do ano anterior.

O resultado é atribuído, em grande medida, ao aumento real na arrecadação de diversos **tributos**, com destaque para a elevação de 7,4% no Imposto de Renda, 27,2% no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e 12,4% na Contribuição para o Financiamento da

Seguridade Social (Cofins).

A arrecadação líquida do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) também apresentou alta, conforme o Ipea, de R\$ 3,1 bilhões (3,6%), enquanto as receitas não geridas pela **RFB** tiveram redução real de R\$ 17,2 bilhões (-30,5%).

Quanto às despesas, o aumento observado em dezembro foi de R\$ 6,4 bilhões, impulsionado

principalmente pelos gastos com benefícios previdenciários, pessoal e despesas discricionárias do Poder Executivo.

No acumulado de 2025, a despesa total cresceu R\$ 78,6 bilhões (3,3%), refletindo, entre outros fatores, a expansão dos gastos previdenciários, da complementação ao (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), dos benefícios assistenciais e dos pagamentos de precatórios.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Lei cria câmara nacional para uniformizar contencioso administrativo sobre IBS e CBS

Beatriz Olivon De Brasília TRIBUTOS

A Lei Complementar nº 227, de 2026, que regulamenta a **reforma tributária**, criou a Câmara Nacional de Integração do Contencioso Administrativo do IBS e da CBS (Imposto e Contribuição sobre Bens e Serviços). Será o local de uniformização da jurisprudência, na esfera administrativa, sobre os **tributos** criados pela **reforma tributária**. Esse formato não constava no texto original do projeto de lei na Câmara dos Deputados. Foi incluído quando chegou no Senado e mantido pela legislação.

A importância desse instrumento se dá porque IBS e CBS serão cobrados por entes diferentes - IBS por Estados e municípios e CBS pela União - mas terão a mesma base de cálculo, logo, devem ser cobrados da mesma forma. Daí a necessidade de um local para uniformização quando houver divergência.

A Câmara será composta por quatro representantes do Conselho

Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**), quatro membros do Comitê Gestor do IBS e quatro representantes dos contribuintes.

Segundo Carlos Higino Ribeiro de Alencar, presidente do **Carf**, a Câmara vem para resolver um temor que havia, de insegurança jurídica, caso o **Carf** decidisse em um sentido e o Comitê Gestor do IBS em outro. Para ele, a proporção está adequada e a criação da Câmara deve ser elogiada. "A lacuna de uniformização para quando houver conflito entre IBS e CBS foi preenchida", diz.

Já entre tributaristas há reclamação de falta de paridade porque serão quatro representantes dos contribuintes e um total de oito fiscais - metade da União e metade de Estados e municípios.

Para Júlio de Oliveira, sócio do Machado Associados, a lei complementar é um "retrocesso tremendo" em relação aos direitos e garantias individuais dos contribuintes. "O processo tributário vai ficar muito mais favorável e pendente ao Estado", afirma.

"O local de discussão das questões tributárias do CBS e IBS será totalmente desequilibrado em termos de paridade de forças", diz Oliveira. O advogado também

critica a impossibilidade de apreciação de legalidade pelo tribunal administrativo.

Para Igor Mauler Santiago, sócio-fundador do Mauler Advogados, a Câmara é um bom formato, pois integra o órgão máximo de deliberação à estrutura do contencioso tributário. O problema,

segundo o tributarista, é a falta de paridade. "Serão dois terços de representantes dos Fiscos e apenas um terço dos contribuintes, e isso justamente na instância máxima."

O presidente do **Carf** acredita que divergências virão, mas em um segundo momento já que, por enquanto, o sistema funciona na fase de testes. A partir de

decisões que passarão pela primeira instância administrativa e, depois, pelo **Carf**, no caso de tributo federal, haverá precedentes para pedir a uniformização.

Súmulas também poderão ser editadas por essa câmara, segundo Alencar, da mesma forma como hoje enunciados são editados pelos conselheiros do **Carf**.

Para o presidente do Comitê

Tributário Brasileiro (CTB), o exauditor fiscal Adriano Subirá, a harmonização evitará, em tese, contencioso no futuro. "Evita até um contencioso interno [entre Fiscos]", diz. Por outro lado, acrescenta, quanto mais etapas, mais lento o procedimento.

Entendimentos divergentes, contudo, existirão, segundo Subirá. Hoje, a maior parte dos problemas que se vê sobre ISS, na nota fiscal de municípios, por exemplo, são entendimentos divergentes sobre a Lei Complementar nº 116, de 2003, como o que seria serviço e qual o devido tratamento tributário.

Pela lei, caberá recurso especial, no prazo de dez dias úteis, contra decisão proferida por Câmara Recursal de Julgamento ou por Câmara de Julgamento de primeira instância no rito sumário, ou contra decisão de Câmara, turma de Câmara, turma extraordinária ou turma especial do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**, que conferir à legislação comum do IBS e da CBS interpretação do direito divergente da que lhe tenha dado outra decisão desses órgãos de

juízo.

Poderá ser proposto incidente de uniformização perante a Câmara Nacional de Integração do Contencioso Administrativo do IBS e da CBS para matérias repetitivas, quando houver julgamentos reiterados sobre a mesma questão de direito ou decisão de segunda instância que deixar de aplicar decisão vinculante.

Ato conjunto do Comitê Gestor e do Ministro da Fazenda disporá sobre o processamento do incidente. Mas a lei já indica que sua proposição para uniformização deverá estar acompanhada de cinco decisões definitivas proferidas por Câmara de Julgamento do Comitê ou por turma do **Carf** ou por três decisões da Câmara Nacional de Integração do Contencioso Administrativo do IBS e da CBS.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Esplanada entrará em modo transformação

» **FRANCISCO ARTUR DE LIMA**

Ao menos 20 ministros devem deixar o governo até 4 de abril, data final de desincompatibilização, para concorrer nas eleições deste ano.

A titular do Meio Ambiente, Marina Silva, por exemplo, almeja disputar uma cadeira no Senado. Ela terá de definir, porém, qual será o seu novo partido, já que decidiu deixar a Rede após divergências com a deputada federal Heloísa Helena (Rede-RJ).

Segundo aliados de Marina, ela conversa com, ao menos, três legendas: PSol, PSB e PT. O desejo da ministra de disputar o Senado pode esbarra na eventual candidatura do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT-SP), a um lugar na Casa.

Caso isso ocorra, conforme apurou o Correio, Marina, "em consideração" ao colega se lançaria para deputada federal por São Paulo.

Independentemente da escolha entre Senado e Câmara, Marina vai ficar no ministério até o fim do prazo de desincompatibilização. A expectativa é de que ela seja, então, substituída pelo secretário-executivo João Paulo Capobianco.

Haddad, por sua vez, deixará o cargo possivelmente no mês que vem. A vaga será ocupada pelo número 2 da Fazenda, Dario Durigan.

Quando questionado sobre qual cargo vai disputar, o ministro se limita a dizer que pretende "ajudar" Lula a buscar a reeleição.

O nome dele, porém, ganha força na disputa de eleições para o Senado.

A ministra Gleisi Hoffmann, da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), é uma das figuras-chave do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que já confirmaram o desejo de disputar o Senado pelo Paraná, estado governado pelo presidenciável Ratinho Júnior (PSD).

Segundo interlocutores da Secretaria, a petista ficará no posto até o início de abril. Ela dará lugar a Olavo Noletto, chefe do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, grupo conhecido como "Conselhão".

Figura conhecida em outros mandatos do líder petista,

Noletto atuou como secretário-executivo da Secretaria de Relações Internacionais quando Alexandre Padilha - atual titular da Saúde - ainda comandava a SRI. Ele deixou o cargo no início do ano passado.

Outro ministério-chave com baixa prevista será o da Casa Civil.

O titular, Rui Costa (PT-BA), deve se candidatar ao Senado. Governada pelo petista e candidato à reeleição Jerônimo Rodrigues, a Bahia é vista pelo PT como um dos estados estratégicos para a campanha de quarto mandato de Lula.

Com o cargo da Casa Civil futuramente vago, a expectativa é de que a número 2 da pasta, Míriam Belchior, ocupe o posto.

A lista de cotados a concorrer a cargos no Senado nas eleições deste ano ainda abrange os ministros Silvío Costa Filho (Portos e Aeroportos), Carlos Fávaro (Agricultura e Pecuária), André Fufuca (Esporte) e Waldez Góes (Integração e Desenvolvimento Regional).

Dessa lista, apenas o titular de Portos e Aeroportos, filiado ao Republicanos, confirmou que deixará oficialmente o ministério no início de abril para iniciar sua pré-campanha ao Senado por Pernambuco.

Já Góes (PDT), que almeja concorrer pelo Pará; Fufuca (PP), pelo Maranhão, e Fávaro (PSD), por Mato Grosso, não confirmaram se vão ficar em seus respectivos ministérios até o prazo final de desincompatibilização.

Quanto aos substitutos, há expectativas as pastas de Portos e Aeroportos e da Integração Regional sejam ocupadas por Tomé Monteiro Franca e Valder de Moura, respectivamente.

Em relação aos ministérios da Agricultura e do Esporte, ainda não foram ventilados nomes de substitutos.

Já o ministro da Educação, Camilo Santana (PT-CE), anunciou que aguarda autorização de Lula para sua saída da pasta. Embora ele considere candidatar-se ao Senado, há sinalizações de que concorra ao governo do Ceará.

Outros cotados para candidatura ao Senado são os ministros do Planejamento, Simone Tebet (MDB-MS),

e de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD-MG).

Além dos nomes em negociação para disputa a um cargo no Senado, há ministros que planejam concorrer à Câmara ou a governos estaduais.

Na corrida por Executivos estaduais, nomes como Renan Filho, dos Transportes (MDB-AL) e Márcio França (PSB-SP), do Empreendedorismo, são cotados para concorrer ao governo dos respectivos estados. Eles devem ser substituídos por seus secretários-executivos: George Santoro e Francisco Alencar.

Já para a Câmara, a lista conta com Jader Filho, de Cidades (MDB-PA), Anielle Franco, da Igualdade Racial (PT-RJ), André de Paula, da Pesca (PSD-PE), Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário (PT-SP), Wolney Queiroz, da **Previdência Social** (PDT-PE), e Sônia Guajajara, dos Povos Indígenas (PSol-SP). Macaé Evaristo (PT-MG), ministra dos Direitos Humanos, deve entrar na corrida pelo cargo de deputada estadual.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/01/28/all.pdf>

CPI do Crime Organizado deve investigar Caso Master

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado no Senado deve incluir o Caso Master na investigação.

O relator, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), disse ao Estadão que prepara a apresentação de requerimentos para quebrar os sigilos de empresas e pessoas ligadas a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

A estratégia é se antecipar à criação da CPI do Banco Master, que tem assinaturas mínimas coletadas mas depende de autorização do presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União Brasil- AP). Ainda não há indicativos se Alcolumbre dará aval para a abertura da CPI.

No foco do relator da comissão que investiga o crime organizado estão os resorts que tiveram a participação de dois irmãos do ministro do STF Dias Toffoli, relator do processo sigiloso do Banco Master no Supremo, e o escritório da advogada Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro Alexandre de Moraes.

CAPACIDADE. "Esse é um ponto que só o Senado tem capacidade de enfrentar. Em todas as outras frentes, a Polícia Federal e a Procuradoria-Geral da República podem avançar", disse o senador à reportagem, ao falar da possibilidade de solicitar a quebra de sigilos e, no futuro, convocar pessoas para depoimentos.

O parlamentar prepara a apresentação de requerimentos na semana que vem, quando o Congresso retoma os trabalhos.

As empresas e pessoas diretamente ligadas aos resorts e aos escritórios devem ser alvo dos primeiros pedidos de quebra de sigilo.

A CPI do Crime Organizado foi criada em novembro do ano passado no Senado para investigar tópicos relacionados ao crime organizado, como ocupação de território, lavagem de dinheiro, corrupção e sistema prisional.

Para o relator, há conexões que justifiquem a inclusão do Banco Master no escopo da investigação.

Conforme o Estadão revelou, o pastor e empresário Fabiano Zettel, cunhado do banqueiro Daniel Vorcaro, do Master, é dono dos fundos de investimento que compraram parte da participação milionária dos irmãos de Toffoli - o engenheiro José Eugênio Dias Toffoli e o padre José Carlos Dias Toffoli - no resort de luxo Tayayá, no interior do Paraná.

A cunhada de Toffoli, Cássia Pires Toffoli, esposa de José Eugênio, negou que o marido fosse sócio da empresa que chegou a ter um terço de participação no empreendimento de luxo.

"AVANÇOS". O Estadão também revelou que os irmãos do magistrado foram sócios de um segundo resort da rede Tayayá, em uma região que fica às margens do Rio Paraná.

"É possível utilizar as CPIs que já estão em andamento, tanto a do Crime Organizado quando a CPI do **INSS**, porque as duas têm conexões que permitem ter essa utilização - e já temos duas CPIs sobre o Caso Master com a quantidade mínima de assinaturas atingida.

Então, certamente teremos avanço (nas investigações feitas pelo Parlamento)", disse o senador.

RESORT. Para Alessandro Vieira, não há informações transparentes que justifiquem o processo do Banco Master nas mãos de Toffoli. A intenção dele é, inicialmente, apresentar requerimentos voltados às empresas e pessoas diretamente ligadas ao resort, e não diretamente ao ministro do Supremo.

Outro foco da CPI deve ser o contrato do escritório da mulher do ministro Alexandre de Moraes com o banco de Daniel Vorcaro, conforme revelado pelo jornal O Globo, que totalizaria R\$ 129 milhões se fosse cumprido integralmente.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Licenças do trabalho por transtorno mental têm alta de 79% em 2 anos

FABIANA CAMBRICOLI

Com uma explosão de casos de ansiedade e depressão, o número de trabalhadores afastados em decorrência de transtornos mentais cresceu ao menos 79% em apenas dois anos no País, revela um levantamento feito pela Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT), divulgado ontem, com base em dados do **INSS**.

O número de licenças concedidas passou de 219,8 mil em 2023 para 393,6 mil em 2025 (com dados até novembro), um aumento de 79,1% mesmo sem os dados fechados de dezembro.

Os transtornos depressivos e ansiosos foram responsáveis por 86% do total de afastamentos no ano passado.

As licenças por transtornos ansiosos subiram 92% no período, passando de 81.874 para 157.235. Já o total de afastamentos por episódios depressivos e por transtorno depressivo recorrente subiu 71%, saltando de 106.796 em 2023 para 182.937 nos primeiros 11 meses de 2025. O dado equivale a uma média de um trabalhador afastado por depressão a cada três minutos.

Já os afastamentos motivados por burnout, um quadro de esgotamento extremo diretamente ligado a questões laborais, triplicaram no período, passando de 1.760 em 2023 para 6.985 em 2025.

O presidente da ANAMT, Francisco Cortes Fernandes, lembra que os dados referem-se somente aos casos de licenças superiores a 15 dias, quando os trabalhadores recebem o benefício pelo **INSS**, e de trabalhadores formais, vinculados à Previdência.

Dessa forma, diz ele, o número de trabalhadores brasileiros afetados por questões de saúde mental deve ser ainda maior. "O levantamento mostra os quadros mais graves e de trabalhadores formais, que representam de 45 milhões a 50 milhões de brasileiros. Mas como estão os trabalhadores informais?

Deve ser uma coisa impressionante", diz ele.

IMPACTO ECONÔMICO. O cenário também tem

impacto econômico.

O custo dos benefícios concedidos pelo **INSS** relacionados a transtornos mentais no ano passado chegou a R\$ 954 milhões.

Segundo a ANAMT, "os transtornos de ansiedade são caracterizados por medo excessivo, preocupação persistente e sensação constante de ameaça, mesmo na ausência de risco real". No ambiente de trabalho, diz a entidade, costumam estar associados a sobrecarga, pressão por resultados, jornadas extensas e baixa previsibilidade das rotinas.

Já a depressão costuma ter como sinais "um humor persistentemente deprimido, perda de interesse ou prazer nas atividades, fadiga intensa e prejuízo funcional significativo". Na vida profissional, o quadro costuma ter impacto sobre a capacidade de concentração, a tomada de decisões e a manutenção do ritmo de trabalho.

Para o médico, a crescente pressão por metas nas empresas, somada a fatores sociais e pessoais, ajudam a explicar a alta expressiva de afastamentos por transtornos mentais.

"Os transtornos mentais são multifatoriais: existem as questões do trabalho e as de fora do trabalho, e muitas vezes elas coexistem, mas, quando você faz uma remuneração vinculada a metas, por exemplo, você vai produzir trabalhadores doentes", diz Fernandes.

Ele cita ainda como um dos aspectos ligados ao aumento da ansiedade o medo da perda do emprego diante do avanço de ferramentas tecnológicas, como as de inteligência artificial.

"Imagina como fica a cabeça do trabalhador ao pensar que em breve pode ser substituído por uma máquina." Aline Wolff, psicóloga especialista em alto desempenho e pesquisadora de performance sustentável, diz que as mudanças no ambiente de trabalho do período pós-pandemia podem estar contribuindo para o aumento do adoecimento mental. "Cada vez mais, temos as fronteiras entre trabalho e vida pessoal misturadas, a tecnologia invadindo a vida das pessoas", ressalta ela. A especialista também destaca que os cenários social, econômico e político

contribuem para um contexto de incertezas e sofrimento psíquico.

GRUPOS MAIS AFETADOS. A análise dos dados por gênero revela que as mulheres são a maioria nos afastamentos concedidos.

Do total de licenças relacionadas a transtornos mentais, 68% foram para trabalhadoras.

Para Aline, o cenário reflete as disparidades ainda existentes entre os sexos.

"As mulheres são mais afetadas porque elas têm mais sobrecarga, acumulam os cuidados com os filhos e a casa com seus afazeres profissionais.

Além disso, a gente pode entender as mulheres como um grupo minorizado. E esses grupos sentem que têm de fazer mais para serem reconhecidos e ter espaço", afirma.

No recorte por idade, o maior número de licenças relacionadas a questões de saúde mental está na faixa etária dos 40 aos 49 anos, com 125 mil afastamentos.

O presidente da ANAMT afirma que, diante do cenário preocupante, é importante que as empresas estruturem áreas de Medicina do Trabalho que estejam realmente atentas a fatores que aumentam o risco de adoecimento psíquico, como metas incompatíveis, assédio e sobrecarga.

Ele cita ainda a importância de as empresas seguirem as atualizações da norma NR-1, que estabelece as diretrizes gerais de segurança e saúde ocupacionais.

No ano passado, a norma passou a exigir que as empresas façam a gestão dos riscos psicossociais no ambiente de trabalho. "Não é só oferecer uma sala com massagem e outra sala com jogos para falar que está preocupado com o bem-estar. É preciso buscar uma série de correções de rumo", destaca Fernandes.

Fernandes encoraja os trabalhadores a verem a área de Medicina do Trabalho não só como a que faz exames periódicos, mas como um espaço de escuta. "O médico do trabalho pode ser uma ponte entre o trabalhador e o supervisor na tentativa de abrir o diálogo e melhorar a situação", diz.

Para Aline, é importante que as empresas ofereçam esses espaços de escuta com profissionais especializados. "O trabalhador não vai se abrir se o espaço não for seguro. E ter um espaço seguro significa que o trabalhador não será julgado ou classificado como alguém que não quer trabalhar ou que é fraco de alguma forma. É preciso trabalhar as

lideranças também para que elas sejam capazes de promover um ambiente psicologicamente seguro."

SAIBA MAIS

Como identificar quadro de ansiedade e o que fazer

Quais são os sintomas?

No aspecto psicológico, é comum observar preocupações excessivas, especialmente em relação ao futuro, gerando uma expectativa elevada e uma apreensão constante sobre eventos que estão por vir. A dificuldade de concentração e a sensação de inquietude também são sintomas frequentes, acompanhados muitas vezes de irritabilidade.

Como afeta o corpo?

Indivíduos ansiosos e tensos em relação ao futuro podem experimentar dores de cabeça frequentes, além de manifestações gastrointestinais, como náuseas, vômitos, diarreia ou constipação. Também é comum que a ansiedade afete a função pulmonar, levando a sensação de falta de ar em momentos de maior ansiedade, assim como alterações no sistema cardiovascular, representadas por palpitações e aumento da frequência cardíaca.

O que fazer durante crise?

O primeiro passo é se afastar da situação que desencadeou o problema, seja uma discussão, dificuldades no trabalho ou conflitos familiares - ou dar essa orientação à pessoa que está enfrentando a crise.

Também é recomendado praticar exercícios respiratórios e meditação. Se essas técnicas não surtirem efeito, é importante buscar ajuda médica.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Aliado de Ibaneis tenta destravar consignado do Master no INSS

LUIZ VASSALLO

Aliado do governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha (MDB), o diretor jurídico do BRB, Jacques Mauricio Ferreira Veloso de Melo, buscou o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), Gilberto Waller Júnior, para tentar desbloquear empréstimos consignados da carteira adquirida do Banco Master.

A carteira de empréstimos do Master foi comprada em uma transação bilionária pelo BRB. Como os contratos estão sob suspeita de fraude, conforme revelou o Estadão, os descontos das parcelas nas contas de aposentados e o repasse aos cofres do banco foram bloqueados pelo **INSS**.

O BRB quer retomar as consignações nas contas de aposentados e transferir para si a titularidade dos contratos com os aposentados, pois esses contratos continuam em nome do Master. Para isso, dirigentes do BRB têm buscado convencer a cúpula do **INSS** a autorizar a cessão e retomar os pagamentos.

Uma reunião entre Melo e Waller e outros representantes do **INSS** e do BRB aconteceu no dia 19 de dezembro, um mês depois da prisão do banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Master, e da liquidação do banco. O **INSS** não autorizou a transferência sob o argumento de que isso só poderá ser feito após o próprio órgão chegar a uma conclusão, com o liquidante do Master, sobre a regularidade dos contratos.

SUSPEITA DE FRAUDES. A Polícia Federal apura fraudes na venda de R\$ 12,2 bilhões em carteiras de crédito pelo Master ao BRB - das quais fazem parte créditos consignados. Já uma investigação feita pelo **INSS** concluiu que o Master não conseguiu comprovar a validade de 254 mil contratos com aposentados, como revelou o Estadão.

O número representa 74% de todos os contratos firmados pelo banco com beneficiários da **Previdência Social**.

O presidente do **INSS** afirmou ao Estadão que a transferência da carteira não poderá ser feita até que seja averiguada a regularidade dos contratos e que o órgão está apurando com o liquidante do Master se esse crédito realmente existe.

"A cessão de crédito fica condicionada à existência do crédito, o que hoje está em fase de apuração pelo **INSS** junto ao liquidante", diz Waller.

O BRB afirmou que "solicitou a transferência da titularidade das carteiras adquiridas do Banco Master, procedimento padrão em casos de cessão no sistema financeiro". "Para avançar com a transferência, o **INSS** informou a necessidade de adoção de medidas adicionais específicas por parte do liquidante. A mudança será efetivada tão logo as exigências forem cumpridas. O BRB aguarda a conclusão do processo", acrescentou o banco.

Procurado, Melo confirmou que espera a apuração do **INSS** sobre a "documentação comprobatória" dos empréstimos.

E afirmou que decisões sobre o assunto não passam pelo governador Ibaneis Rocha. Também procurado, o governador respondeu: "Não sei nem o que é isso".

LONGA DATA. Maurício Melo é aliado de longa data e foi indicado ao cargo no BRB por Ibaneis Rocha em agosto de 2024.

Ao portal Metrôpoles, à época, o governador disse que era uma indicação de "extrema confiança". Anos antes, Ibaneis havia apoiado Melo em uma campanha derrotada à presidência da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Distrito Federal.

O diretor jurídico do BRB também esteve na reunião com o Banco Central no dia seguinte à liquidação do Banco Master, em novembro de 2025. Foi durante sua gestão à frente do departamento jurídico que o BRB conduziu as negociações para a compra de ativos do Master, além da proposta de aquisição do banco - que foi barrada pelo BC.

Como revelou o Estadão, Ibaneis foi citado pelo banqueiro Daniel Vorcaro, em depoimento à Polícia Federal.

Vorcaro disse ter tratado diretamente com o governador sobre a compra do Master pelo BRB, em um encontro em sua casa. Ibaneis afirmou que esteve apenas em um almoço com o banqueiro e que "entrou mudo e saiu calado".

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Copom deve manter taxa de juros em 15% ao ano em primeira reunião de 2026

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decide nesta quarta-feira uma eventual mudança na Selic, taxa básica de juro, em sua primeira reunião de 2026. Atualmente, a Selic está em 15% ao ano, o maior nível em quase 20 anos, desde julho de 2006.

A última reunião aconteceu em dezembro, quando o Copom decidiu manter a taxa em 15%. Essa foi a quarta reunião consecutiva em que o BC optou pela estabilidade dos juros básicos da economia brasileira.

A aposta geral do mercado é de que a Selic será mantida neste patamar novamente. Em seu último **comunicado**, o BC fez ajustes muito pontuais e evitou qualquer sinalização sobre o início do corte de juros.

Cautela com inflação

Segundo análise de Mario Mesquita, economista-chefe do Itaú, o adiamento de um corte deve ocorrer por uma cautela do Banco Central em relação à queda da inflação.

"O Copom buscou se posicionar de forma mais cautelosa em um ambiente de expectativas de inflação desancoradas, colhendo, com isso, um ganho importante de credibilidade, que fica explícito na melhora das projeções de prazos mais longos da pesquisa Focus. Um começo de ciclo de cortes com movimento menos conservador que o esperado poderia minar parte desse esforço", escreve o especialista.

O IPCA-15, que mede a prévia da inflação, ficou em 0,20% janeiro na variação mensal, desacelerando em relação ao mês anterior, que teve alta de 0,25%. O dado foi divulgado nesta terça, antes da primeira reunião do Copom, que aconteceu ontem.

Cortes em março

Uma análise da XP Investimentos avalia que os indicadores que influenciam a decisão do Copom permaneceram muito semelhantes aos registrados em dezembro, na última reunião. A corretora de investimentos projeta que o BC vai iniciar o ciclo de cortes da Selic março, com cinco cortes consecutivos de 0,50 p.p, levando a taxa para 12,50%.

"O Comitê se comprometeu a manter a taxa de juros nesse patamar por um "período bastante prolongado". Em março, a taxa Selic terá ficado 10 meses consecutivos em 15% , o que nos parece compatível com a definição de um período bastante prolongado", escreve a instituição.

Pressão do governo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad vem deixando seus recados a favor de cortes nos juros. No último dia 19, Haddad afirmou que o principal fator de pressão sobre a dívida pública é o patamar elevado dos juros reais , e não o resultado fiscal do governo.

- Quanto foi o déficit do ano passado considerando todas as exceções? 0,48% do **PIB** considerando tudo. Plano Brasil Soberano (resposta ao tarifaço de Trump), a questão do **INSS** (ressarcimento dos descontos indevidos), considerando tudo - disse Haddad ao UOL. - O problema da dívida tem a ver com o juro real, não tem a ver com o déficit, que está caindo - completou.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2026/01/28/copom-deve-manter-taxa-de-juros-em-15percent-ao-ano-em-primeira-reuniao-de-2026.ghml>

Novas fontes de energia podem ser desafio à arrecadação dos Estados

Marta Watanabe De São Paulo

Mesmo com as mudanças mais recentes que resultaram na limitação de alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), os combustíveis fósseis ainda são representativos na arrecadação daquele que é o principal tributo recolhido pelos Estados. A participação do grupo "combustíveis-petróleo-diesel" na receita de ICMS atinge quase um quinto - em média, 19,3% - da arrecadação total do imposto. Ao menos em dez Estados os combustíveis respondem por 20% ou mais da receita do tributo.

A erosão dessa base de receitas - seja por transição energética, com eletrificação de frota e aumento de participação do etanol, seja por outras mudanças tecnológicas - tende a produzir efeitos fiscais significativos para os Estados e também para os municípios, que recebem 25% do que é arrecadado em ICMS.

O quadro mostra um dos desafios de alinhar a tributação sobre combustíveis fósseis à transição de baixo carbono, considerando também as mudanças da **reforma tributária** sobre consumo. Os dados são de estudo da Febrafite, associação nacional que reúne os fiscais de renda estaduais, com base em dados de arrecadação de 2024.

A forma como o Brasil tributa energia e combustíveis fósseis é importante no desenho dos instrumentos de políticas de combate à crise climática, e a **reforma tributária** sobre consumo abre uma janela para isso, diz o estudo.

A **reforma tributária** sobre consumo deve substituir os atuais PIS, Cofins e IPI, federais, além do ICMS estadual e do ISS municipal, por dois novos **tributos**: a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), da União, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será gerido conjuntamente por Estados e municípios. Uma parte do atual IPI será preservada e também será estabelecido o Imposto Seletivo (IS), tributo que tem como objetivo desestimular o consumo de itens considerados nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Rodrigo Spada, presidente da Febrafite, diz que o Imposto Seletivo pode trazer uma alteração na atual forma de tributação, com uma incidência mais moderna, alinhada à questão climática, podendo

desestimular o consumo de combustíveis fósseis.

Ele explica que a cobrança do Imposto Seletivo ainda será regulamentada, mas a Lei Complementar 214/2025 estabelece que entre os critérios para estabelecimento do tributo sobre veículos vai considerar a emissão de dióxido

de carbono, além de eficiência energética e reciclabilidade. "O Imposto Seletivo pode ser um importante instrumento de ganho na questão climática e contribuir para a redução do consumo de combustíveis fósseis. Porém, isso pode trazer uma perda de arrecadação a Estados e municípios."

Na tributação dos novos IBS e CBS, explica, a cobrança sobre combustíveis fósseis vai seguir o modelo atual de cobrança de ICMS, que é o chamado "ad rem", no qual se cobra um valor específico sobre o litro de combustível. O ICMS sobre gasolina atualmente, por exemplo, é de R\$ 1,57 por litro, conforme definido pelos Estados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária

(Confaz). A cobrança ocorre uma única vez na cadeia, na saída da refinaria ou pela importadora.

Os Estados perderam, lembra Spada, a autonomia maior que tinham até 2022 para a tributação sobre combustíveis. Antes do atual modelo ad rem, cada Estado definia a sua alíquota sobre os combustíveis.

A cobrança dos novos **tributos** que virão com a **reforma tributária**, a CBS e o IBS, explica Spada, seguirá o modelo de tributação ad rem do ICMS. Eduardo Fleury, sócio do FCR Law, explica que a alíquota ad rem dos novos **tributos** será definida de forma a manter a arrecadação proporcionada hoje sobre combustíveis.

No caso da CBS, que de acordo com o cronograma da **reforma tributária** passará a ser cobrada a partir de 2027, a alíquota será calculada com base na arrecadação entre julho de 2025 e junho de 2026. A definição da alíquota, diz Fleury, deverá considerar também a "carga tributária indireta" que hoje é suportada pelas refinarias, em razão de créditos

não utilizados de PIS, Cofins e IPI. Ele estima que isso seja equivalente a 3% do preço. A ideia, explica, é que

esse carga seja acrescida na alíquota ad rem sobre os combustíveis, mas seja retirada no preço de venda pelas refinarias. Ou seja, não haverá diferença no preço pago pela distribuidora à refinaria, diz.

Para o IBS, a lógica é a mesma, explica. Como esse imposto passa a ser cobrado em 2029, a arrecadação que dará base para o cálculo ad rem será a observada de julho de 2027 a junho de 2028. A diferença é que o IBS sobre combustíveis seguirá o calendário de transição gradativa estabelecido pela reforma, com um percentual do ICMS e ISS sendo deslocado, ano a ano, para a cobrança do IBS, até a substituição completa, a partir de 2033. Tanto para a CBS quanto para o IBS sobre combustíveis a alíquota ad rem terá atualização pelo IPCA.

Para Fleury, o impacto da transição energética sobre a arrecadação sobre os combustíveis fósseis dependerá muito da receita

tributária que poderá ser gerada pelas novas fontes de energia. Ele destaca, porém, que na reforma o IBS e CBS pagos na aquisição de combustíveis pelas empresas dará direito a crédito, o que poderá reduzir a arrecadação dos dois **tributos**. Esse será um cenário diferente do atual, observa, porque hoje o crédito de ICMS pago pelas empresas sobre os combustíveis sofre muitas restrições.

O estudo da Febrafite destaca que a lei complementar de regulamentação da reforma assegura aos biocombustíveis e ao hidrogênio de baixa emissão de carbono uma tributação inferior à dos combustíveis fósseis equivalentes. A lei fixa que as alíquotas de IBS e CBS para esses produtos não podem ser inferiores a 40% nem superiores a 90% das alíquotas aplicadas aos fósseis comparados. O mesmo artigo manda que essa diferença considere a equivalência energética, os preços de mercado e, sobretudo, o potencial de redução de impactos ambientais dos biocombustíveis em relação ao derivado fóssil que for substituído.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

O novo sistema tributário brasileiro (Artigo)

Maílson da Nóbrega e Mário Westrup

A **Reforma Tributária** brasileira inaugura um novo sistema de tributação sobre o consumo ao instituir a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) sob bases de não cumulatividade ampla, cobrança no destino e crescente automatização dos mecanismos de arrecadação. Mais do que uma reorganização de bases e competências, trata-se de uma mudança estrutural na forma como o Estado passa a interagir com o comportamento econômico dos agentes. Sob a lente da Análise Econômica do Direito (AED), a reforma se revela menos como um ajuste arrecadatório e mais como um redesenho deliberado de incentivos, riscos e estratégias.

Ao deslocar a tributação para o destino, reduzir de forma estrutural o espaço para incentivos tributários e ampliar o aproveitamento de créditos, o novo sistema reprograma decisões antes fortemente condicionadas pelo planejamento tributário defensivo. A guerra fiscal perde espaço como instrumento de competição federativa, enquanto a eficiência produtiva, a logística e o acesso a mercados consumidores passam a ocupar posição central. A lógica deixa de ser a de contornar o sistema e passa a ser a de operar dentro dele com maior racionalidade econômica.

O mesmo ocorre no campo do cumprimento das obrigações tributárias. O avanço de mecanismos como o split payment e a rastreabilidade eletrônica da arrecadação altera profundamente o custo esperado da inadimplência. À luz da análise econômica, a reforma substitui a fiscalização repressiva, tardia e litigiosa por um modelo de conformidade induzida, no qual descumprir a regra tende a se tornar economicamente ineficiente. Não se trata apenas de aumentar sanções, mas de redesenhar o ambiente para que a estratégia dominante seja a conformidade preventiva.

Essa mudança redistribui riscos ao longo da economia. Parte do risco que antes estava concentrado nos entes arrecadadores migra para o fluxo de caixa das empresas, que passam a conviver com menor defasagem temporal entre fato gerador, recolhimento e fiscalização. O planejamento tributário perde conteúdo puramente jurídico e passa a incorporar, de forma muito mais intensa, a gestão financeira, os prazos de capital de giro e a disciplina de governança.

Esse redesenho institucional não se materializa de forma instantânea. A transição entre o sistema antigo e o novo conviverá, por vários anos, com sobreposição de regimes, assimetrias operacionais, incertezas interpretativas e heranças da disputa federativa, além da própria consolidação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), cuja curva de aprendizado institucional tende a influenciar a estabilidade interpretativa e a consistência decisória no período inicial.

Nesse intervalo, ampliam-se os custos de transação, eleva-se o valor econômico da previsibilidade institucional e a coordenação entre contribuintes e Estado passa a ser um fator decisivo para a eficiência do novo modelo.

Sob a ótica da eficiência econômica, a promessa da Reforma é ambiciosa. A unificação de **tributos** reduz custos de transação, simplifica cadeias de conformidade e tende a diminuir distorções cumulativas que penalizavam setores intensivos em insumos. A devolução rápida e integral dos créditos acumulados, inviável em um sistema marcado por incidências em cascata, altera de forma estrutural o cálculo econômico das empresas e se projeta como um dos principais vetores de elevação da competitividade interna e externa.

Uma novidade, a isenção dos investimentos, ao permitir a recuperação plena da tributação incidente sobre a formação de capital, reforça essa lógica de neutralidade e aproxima o sistema brasileiro de padrões mais eficientes. Em contrapartida, o novo sistema eleva o custo ex ante da organização fiscal das empresas, exigindo investimentos em tecnologia, controles e integração de sistemas.

A economia obtida na litigiosidade futura é parcialmente antecipada como custo de adaptação no presente, o que reforça a centralidade dos custos de transação como variável econômica relevante.

A elevação da produtividade, que decorrerá dos ganhos de eficiência do novo sistema, contribuirá para o aumento do potencial de crescimento da economia brasileira ao final do período de implementação do novo modelo de tributação do consumo. Estimativas mais otimistas apontam para uma expansão de até 20% dessa variável. Outras calculam 10%, mesmo assim expressivos.

A AED também permite compreender por que a

Reforma não é neutra do ponto de vista concorrencial, ainda que busque neutralidade arrecadatória. Empresas com maior capacidade de financiar estoques de crédito, adaptar sistemas, renegociar contratos e suportar ciclos mais curtos de caixa tendem a atravessar a transição em posição de vantagem. A assimetria não nasce da alíquota, mas da capacidade de resposta econômica a um novo arranjo institucional, no qual a previsibilidade das regras e das interpretações passa a operar como ativo competitivo.

Vista por esse prisma, a **Reforma Tributária** se aproxima de um experimento institucional em larga escala. O exercício do poder estatal passa a se estruturar prioritariamente por meio da arquitetura de incentivos, enquanto a disputa federativa cede espaço à coordenação no destino e o centro de gravidade do contencioso se desloca progressivamente para a conformidade.

O êxito desse movimento, contudo, dependerá não apenas da qualidade das leis, mas da forma como o Judiciário, as administrações tributárias e os órgãos de controle interpretarão e aplicarão esse novo sistema. A capacidade do país de alinhar Direito, economia e instituições será, em última instância, o fator decisivo para que a reforma cumpra sua promessa de eficiência, segurança jurídica e desenvolvimento econômico. Para o bem do país.

Maílson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda, é sócio da Tendências Consultoria. Mário Nazzari Westrup é contador e consultor sênior da Tendências Consultoria.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Justiça adia prazo para Refit pagar dívida ao estado

VINÍCIUS NEDER

O grupo Refit conseguiu ontem, na segunda instância do Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ), a suspensão por 120 dias das obrigações previstas no plano de recuperação judicial da Refinaria de Manguinhos. A principal delas é o pagamento parcelado da dívida tributária com o governo do Estado do Rio.

No fim do ano passado, a Procuradoria-Geral do Estado do Rio (PGE) já havia informado no processo de recuperação judicial que a

Refit vinha atrasando pagamentos da dívida, renegociada e parcelada em 2023. Com a decisão de ontem, a empresa tem respaldo judicial para deixar de pagar. A PGE informou que vai recorrer da liminar.

A Refinaria de Manguinhos está em recuperação judicial desde 2015. Em novembro passado, o grupo voltou aos holofotes com uma operação da **Receita Federal** em parceria com os Ministérios Públicos de cinco estados, sob suspeita de montar um esquema que teria sonegado R\$ 26 bilhões em **impostos**, especialmente o ICMS.

Dois meses antes da deflagração da operação em novembro, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que regula o setor, suspendeu o funcionamento da Refinaria de Manguinhos. A restrição, somada a medidas de novembro -como o bloqueio de R\$ 10,2 bilhões dos integrantes do grupo, incluindo contas, imóveis e veículos -, paralisou os negócios da Refit.

Ao TJRJ, no processo da recuperação judicial, o grupo alegou que estava em "asfixia financeira", como mostrou o colunista do GLOBO Lauro Jardim. A demanda foi por uma suspensão de 180 dias nas obrigações do plano de recuperação.

Ontem, o desembargador Guaraci de Campos Vianna aceitou o pedido numa decisão liminar, mas reduziu o período para 120 dias, ou "enquanto perdurarem as medidas de integral constrição patrimonial", conforme parte do processo ao qual O GLOBO teve acesso. A decisão deixa claro que a suspensão inclui "a adoção de medidas tendentes ao cancelamento do parcelamento tributário ou ao prosseguimento da execução fiscal por inadimplemento".

A Refit tinha pressa para conseguir a suspensão. Na próxima sexta-feira, venceria um dos prazos no acordo de renegociação da dívida tributária com o Estado do Rio. Se continuasse inadimplente, o grupo poderia ter toda a dívida executada de uma vez.

R\$ 200 MILHÕES EM UM MÊS

Conforme dados da Dívida Ativa, divulgados pela PGE, a Refinaria de Manguinhos fechou 2025 devendo R\$ 13,3 bilhões ao Estado do Rio -o valor sobe quando incluídas as dívidas de distribuidoras de combustíveis tidas como ligadas ao conglomerado. No balanço mensal de novembro, o valor estava em R\$ 13,1 bilhões, ou seja, houve um aumento de R\$ 200 milhões na passagem para dezembro.

Segundo a PGE, o grupo Refit não paga a dívida renegociada desde outubro. Em nota ao GLOBO, a Procuradoria informou que já havia entrado com uma petição contra o pedido da Refit. E ressaltou ainda que, "caso não sejam retomados os pagamentos, o acordo de parcelamento de dívidas poderá ser cancelado, uma vez que o inadimplemento não pode ultrapassar 90 dias".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Índia e UE fecham acordo histórico de livre comércio

Kiran Sharma Nikkei Asia, de Nova Déli

Índia e União Europeia (UE) concluíram ontem um acordo que criará uma zona de livre comércio para cerca de 2 bilhões de pessoas, além de estreitar os laços de segurança e defesa em um momento de aumento no protecionismo e de tensão nas relações com os Estados Unidos.

Os termos do que foi escrito pelo primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, como o "maior" acordo comercial do país, deverão eliminar as tarifas comerciais sobre mais de 90% das exportações da Índia para a UE, incluindo alguns produtos agrícolas, químicos e têxteis. Por sua vez, o bloco de 27 países poderá dobrar suas exportações de mercadorias, como vinho e azeite de oliva, para a Índia até 2032, por meio da eliminação ou redução das tarifas.

O valor do acordo é enorme. O comércio bilateral de bens somou US\$ 138,54 bilhões, sendo US\$ 75,85 bilhões em exportações indianas, no ano financeiro mais recente, encerrado em março de 2025, segundo o Ministério da Indústria e do Comércio da Índia. O comércio de serviços chegou a US\$ 83,10 bilhões em 2024.

Uma delegação liderada pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e pelo presidente do Conselho Europeu, António Costa, foi a Nova Déli para uma reunião de cúpula com Modi.

Depois do encontro, os três líderes apareceram juntos e comentaram o acordo. "Este pacto histórico vai tornar mais fácil para nossos agricultores e pequenas empresas chegarem aos mercados europeus, criar novas oportunidades na indústria e fortalecer ainda mais a cooperação entre os setores de serviços dos dois lados", disse Modi.

O acordo representa um quarto do **PIB** mundial e um terço de todo o comércio internacional. Em referência à escala, Von der Leyen disse que "esta é uma história de dois gigantes [...] que escolhem a parce

ria, de um modo realmente ganhaganha". "Uma mensagem forte, de que a cooperação é a melhor resposta aos desafios globais."

O acordo reduzirá em até 4 bilhões anuais as tarifas

para exportadores de todos os tamanhos. "Criará níveis de crescimento que nenhum dos lados têm como alcançar sozinho", disse Von der Leyen. "E, ao combinar essas forças, nós reduzimos as dependências estratégicas, em um momento em que o comércio está cada vez mais sendo usado como arma."

Em agosto, os EUA impuseram uma tarifa de 50% sobre a Índia, uma punição pelas compras de petróleo russo. A UE também foi criticada por Washington por buscar um acordo com a Nova Déli.

"Impusemos tarifas de 25% à Índia por comprar petróleo russo", disse o secretário do Tesouro dos

EUA, Scott Bessent, em entrevista à rede ABC News no domingo.

"Adivinhem o que aconteceu na semana passada? Os europeus assinaram um acordo com a Índia", acrescentou Bessent, sugerindo que, com o pacto comercial, a Europa estaria financiando a Rússia na guerra contra a Ucrânia.

As negociações comerciais entre Índia e UE foram retomadas em 2022 após um intervalo de quase dez anos, mas as tensões recentes com os EUA também deram novo impulso para levar o pacto adiante, segundo analistas.

"As tensões na parceria transatlântica e o presidente Trump certamente deram um empurrão extra a esta relação, que já vinha ganhando ímpeto", disse Garima Mohan, pesquisadora do centro de estudos German Marshall Fund. "A Índia, que atualmente sofre com tarifas de 50% impostas pelos EUA, está ainda mais inclinada a fortalecer vínculos com outros parceiros para equilibrar algumas das incertezas na relação EUA-Índia."

Ajay Srivastava, fundador do centro de estudos Global Trade Research Initiative, também elogiou o acordo, mas ressaltou que restam questões pendentes. "O acordo

também traz riscos - em particular, de barreiras não tarifárias, de restrições a serviços e de medidas ligadas ao clima, como o CBAM [sigla em inglês do Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira], que

podem diluir os benefícios da liberalização tarifária."

Por meio de seu CBAM, a UE aplica um imposto sobre as importações cuja produção no país de origem envolve altas emissões de carbono. O acordo comercial não isenta a Índia dos **impostos** de carbono da UE, embora Nova Déli tenha informado que obteve uma "garantia de nação mais favorecida", caso a UE conceda alguma flexibilidade a terceiros países.

O pacto deve ser formalmente assinado após a revisão jurídica, que provavelmente levará cerca de seis meses. O Parlamento Europeu também terá de ratificá-lo.

O anúncio em Nova Déli ocorre dias depois da UE ter fechado, após quase 30 anos de negociação, um acordo comercial com o Mercosul - também destinado a ajudar a Europa a se afasta dos EUA e da China. Os legisladores europeus, porém, enviaram o pacto para avaliação do Tribunal de Justiça Europeu, travando o processo.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Tarifas minam plano de Trump de tornar a indústria americana grande de novo

Peter Foster, Aime Williams e William Langley Financial Times, de Londres, High Point e Foshan (Tradução de Sabino Ahumada)

Jerry Samet passou a maior parte da vida em High Point, a pequena cidade na Carolina do Norte onde mora e que se autointitula o coração da indústria mundial de móveis. Desde que assumiu as rédeas da empresa do pai, ele a administra trabalhando em um amplo armazém na periferia da cidade.

Mas, nos últimos anos, o veterano da indústria de móveis tem testemunhado o declínio desse outrora vibrante setor de sua cidade. Ao longo das décadas de liberalização do comércio internacional, a indústria de móveis dos EUA foi se voltando para países como China, México e Vietnã para obter tanto peças quanto móveis acabados. Só a Carolina do Norte perdeu mais de 60 mil empregos na indústria de móveis desde 1990.

É essa dinâmica que Donald Trump e sua equipa de comércio exterior dizem estar tentando reverter com medidas específicas dentro de sua série de altas tarifas sobre mercadorias importadas.

Em outubro, Trump aplicou uma tarifa geral de 25% sobre a importação de móveis de madeira estofados e de gabinetes de cozinha e de banheiro, além de uma de 10% sobre a madeira. O objetivo, publicou o presidente nas redes sociais, é "tornar a Carolina do Norte, que perdeu completamente seu negócio de móveis para a China, grande de novo".

Supunha-se que a empresa de Samet, a High Point Furniture Industries (HFPI), que ainda fabrica todos os seus móveis nos EUA e compra a maioria de suas matérias-primas de empresas americanas, seria beneficiada pelo novo esquema.

Agora, porém, empresas como a HFPI dizem que, na prática, vêm pagando mais por suas peças, uma vez que as demais firmas repassam o custo das tarifas - às quais se somam uma alíquota de 50% sobre produtos de aço e alumínio, além das taxas "recíprocas", que variam de 10% a 50%, sobre quase todos os parceiros comerciais do país.

"Estamos comprando de distribuidores nos EUA, mas eles têm [mercadorias] importadas e precisam

repassar a tarifa", afirma Samet.

E, frequentemente, são os americanos comuns que pagam a conta final. Os preços dos móveis, que recuaram por 18 meses antes de Trump chegar ao poder, subiram 4% em muitas categorias no ano encerrado em dezembro de 2025, bem acima da **inflação** americana, de 2,7%, segundo dados do governo.

"Nós elevamos nossos preços inúmeras vezes", diz Doug Townsend, presidente da Magnussen Home Furnishings, uma atacadista que emprega cerca de 150 pessoas.

Isso ajuda a explicar por que, na calmaria dos dias entre o Natal e o Ano Novo, a Casa Branca anunciou discretamente um recuo nos planos de dobrar as taxas sobre os móveis de cozinha, que com todas suas sobreposições já chegavam a 50%.

A promessa de Trump de usar as tarifas para revigorar a indústria de móveis da Carolina do Norte fazia parte de uma política comercial criada para, nas palavras do representante de Comércio Exterior dos EUA, Jamieson Greer, "acelerar a reindustrialização".

No entanto, ao longo do primeiro ano de Trump de volta à Casa Branca, essa grande ambição - que incluía não apenas os móveis, mas também a construção naval, os automóveis e as fabricantes de chips - foi sendo moderada pela realidade.

O governo atribuiu a decisão de não aumentar as tarifas sobre móveis estofados e armários de cozinha às "negociações produtivas" em andamento com parceiros comerciais.

Analistas, entretanto, dizem que o recuo também é reflexo do intenso lobby da indústria, das crescentes pressões políticas internas diante dos altos preços e de um entendimento de que as tarifas têm limitações como ferramenta para trazer a indústria de volta aos EUA.

"O governo tem sido discretamente receptivo a argumentos de que setores significativos deveriam ser eximidos das tarifas, ou a argumentos de que a teoria de que as ta

rifas vão trazer de volta a produção para os EUA não se sustenta em pé", diz Michael Froman, que foi representante de Comércio Exterior dos EUA e hoje é presidente do Council on Foreign Relations.

A ideia de que a indústria dos EUA vai voltar com força total é "um belo discurso para o governo e para as pessoas que acreditam em tarifas", acrescenta Townsend, da atacadista de móveis. "Mas simplesmente não funciona desse jeito."

Do outro lado do mundo, nos enormes mercados atacadistas de móveis próximos à cidade chinesa de Foshan, sul do país, a notícia do mais recente recuo tarifário de Trump é recebida com um enfiado de ombros.

Produtores que vendem seus produtos no enorme conjunto comercial conhecido como o "reino dos móveis" da China, no subúrbio de Lecong, se queixam da confusão causada pelas idas e vindas das tarifas alfandegárias de Trump.

A alíquota chegou a 145% em determinado momento no início de 2025 e depois se estabilizou em maio quando Washington e Pequim acertaram uma trégua. A decisão, em dezembro, de adiar tarifas adicionais sobre móveis só aumenta essa confusão.

Muitos na indústria chinesa de exportação de móveis, de receitas de 456 bilhões de yuans (US\$ 65,4 bilhões), também adaptaram seus produtos para atender aos gostos de novos mercados, como Índia e países do Golfo Pérsico.

"Bem poucas pessoas dos EUA vêm aqui", diz Cindy Cao, representante de vendas da Jiwu Collection. Ela acrescenta que os americanos foram substituídos por russos, indianos e pessoas do Oriente Médio - reflexo das mudanças nos padrões comerciais da China. "Está ficando mais difícil a cada ano [...] nosso perfil de clientes vem mudando", diz.

O cenário observado em Foshan também está refletido nos dados comerciais do primeiro ano de Trump em suas voltas à Casa Branca. Apesar da blitz tarifária, o superávit comercial da China com o mundo continuou a crescer. Em 2025, superou a marca de US\$ 1,2 trilhão, mesmo com o declínio de 20% nas exportações chinesas para os EUA.

Ao mesmo tempo, segundo Neil Shearing, da Capital Economics, as exportações para os EUA a partir de outras potências industriais da Ásia, como Vietnã e Camboja, continuaram a crescer, apesar da cobrança de tarifas em torno a 20%.

Os dados indicam que uma boa parte da produção

exportadora chinesa vem sendo redirecionada por meio de outros países asiáticos. Antes da volta de Trump ao poder, a China produzia quase metade dos telefones importados pelos EUA. A proporção caiu para menos de um quarto e a diferença foi assumida por Índia, Tailândia e Vietnã.

Algo parecido ocorre com o setor moveleiro. Depois da imposição por Trump de tarifas sobre móveis provenientes da China em seu primeiro mandato, o comércio foi logo redirecionado via Vietnã, que hoje passou os chineses e é o principal exportador de móveis para os EUA. "A principal lição dos últimos 12 meses é como o sistema de comércio global agora é notavelmente adaptável e flexível", acrescenta Shearing. "Temos as tarifas mais altas desde a década de 1940 e, ainda assim, o comércio global continua."

Uma parte importante do motivo básico para essa resiliência comercial continua sendo a permanente competitividade da Ásia: mesmo com uma tarifa de 20% ou de até 40%, os produtos feitos na China ou no Sudeste Asiático ainda são mais baratos.

Segundo o gerente do fabricante de móveis Tsemoo, Ding Kai, a ofensiva tarifária veio justo no momento em que a desaceleração do setor imobiliário chinês impactava o mercado interno, o que obrigou empresas locais a vender no exterior.

Apesar das tarifas, o mercado dos EUA ainda é viável, dada a enorme vantagem de preço dos produtores chineses. "Ainda não é nada comparado à concorrência que temos na China", diz Kai.

A política comercial de Trump pode ter sucumbido à gravidade econômica ao longo de 2025, mas especialistas em comércio exterior advertem que ainda há muitas incertezas sobre como o governo lidará com a próxima fase de sua ofensiva para reequilibrar o sistema comercial internacional.

O governo está empenhado em remover ou reduzir o conteúdo chinês em cadeias de suprimento estratégicas e ameaçou impor tarifas de 40% sobre bens que considere "reexportados" por meio de outros países da Ásia para evitar impostos.

A capacidade do governo de impor tarifas punitivas também dependerá do veredicto de um julgamento da Suprema Corte dos EUA, esperado para o início deste ano, que decidirá se Trump pode usar poderes emergenciais para impor suas tarifas "recíprocas". Uma decisão contra o governo poderia levar à remoção dessas tarifas.

De qualquer forma, analistas argumentam

que, não importa qual seja a decisão da Suprema Corte, a disposição de Trump de intensificar sua guerra comercial deverá ser refreada, ao menos no curto prazo, pela crescente pressão política interna no front dos preços.

Com a aproximação das eleições parlamentares americanas de meio de mandato em novembro, os democratas rotineiramente atribuem a culpa pelo aumento do custo enfrentado pelas famílias às "tarifas desastrosas de Trump", embora os dados mostrem que o impacto geral dessas taxas sobre os preços ao consumidor, até agora, tem sido moderado.

Morgan Jackson, estrategista democrata que mora em Raleigh, capital da Carolina do Norte, diz que o foco dos candidatos do partido está na insatisfação dos americanos com o custo de vida.

"A única coisa no radar dos eleitores neste momento são os preços mais altos", diz Jackson.

Há também a necessidade de não desestabilizar as negociações em andamento com o presidente da China, Xi Jinping. Trump pode ter até quatro encontros com Xi em 2026, incluindo uma visita a Pequim em abril.

Como parte de uma trégua de um ano acertada na Coreia do Sul em outubro, Trump aceitou suspender as tarifas mais altas dos EUA sobre produtos chineses por pelo menos um ano, depois de Pequim ter ameaçado travar ainda mais o acesso dos EUA a minerais críticos e terras raras.

O tamanho e a importância do mercado dos EUA para a China, somados à natureza pragmática de Trump, aumentam as chances de novos acordos em 2026, segundo Frederic Neumann, economistachefe para a Ásia do HSBC. "Não é inconcebível que de repente vejamos os EUA assinarem um acordo dizendo que exportadores chineses deveriam investir nos EUA", diz.

No entanto, a combinação de pressões de preço internas e a necessidade de proteger o relacionamento com Xi levará Trump a agir com cautela, segundo o presidente da Eurasia Group, Ian Bremmer.

"Ao contrário do front de segurança, no qual Trump não tem restrições e se tornará mais agressivo, espero muito mais previsibilidade no comércio exterior daqui para frente", diz Bremmer.

No longo prazo, Froman, do Council on Foreign Relations, diz que se mantém o fato de Trump estar empenhado em viver em um "mundo de tarifas mais altas" - uma posição que não deverá mudar, nem após

o fim de seu mandato.

A experiência passada mostra que as tarifas, uma vez impostas, são difíceis de remover, até porque os governos passam a depender das receitas, que no caso atual giraram em torno a US\$ 30 bilhões por mês no segundo semestre de 2025. "Sabemos que tarifas são fáceis de aplicar, mas mais difíceis de retirar", diz Froman. "Um aumento de **impostos** de US\$ 285 bilhões é algo difícil de se fazer passar no Congresso."

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Campos Neto sabia dos problemas do Master, mas evitou intervir no banco

ALVARO GRIBEL BRASÍLIA

O ex-presidente do Banco Central Roberto Campos Neto sabia dos graves problemas de liquidez enfrentados pelo Banco Master durante a sua gestão à frente da autoridade monetária, mas evitou tomar medidas mais extremas contra o banco.

À época, havia a expectativa de que o Master tivesse ativos que pudessem ser revendidos ao mercado, dentro da lógica de separação do "good bank" (parte boada do Master) do "bad bank" (ativos podres do banco). Assim, o custo para o sistema financeiro e o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) seria menor.

O crescimento da instituição financeira de Vorcaro ocorreu entre 2019 e 2024.

Campos Neto chegou a dar uma espécie de ultimato informal, até março de 2025, para que se encontrasse uma "solução definitiva" - ele deixou o cargo em dezembro de 2024. A decisão sobre a liquidação acabou sendo executada pelo atual presidente do BC, Gabriel Galípolo, em novembro do ano passado.

Procurado, Campos Neto não se pronunciou sobre os questionamentos da reportagem.

A interlocutores, Campos Neto tem dito que o processo de decisões do BC é técnico, e não exclusivo da presidência - e que tudo passa pela análise da Diretoria de Fiscalização e pela diretoria colegiada do órgão.

Segundo relatos, ele alega que, durante seu período à frente do BC, não houve proposta de voto encaminhada para o colegiado para que o Master sofresse algum tipo de intervenção ou fosse liquidado.

No entanto, o Estadão apurou que, pelo menos duas vezes, Campos Neto teria atuado para evitar uma intervenção ou liquidação do Master ao longo do ano de 2024, seu último à frente do BC: uma primeira em março e outra em novembro.

As datas coincidem com o aperto da fiscalização sobre o Master, de acordo com relato feito pelo BC ao Tribunal de Contas da União (TCU), no processo sob a relatoria do ministro Jhonatan de Jesus.

Segundo o documento, no primeiro semestre de 2024, o Banco Central passou a fazer "acompanhamento contínuo da gestão de risco de liquidez" do Master. Isso porque a instituição tinha um cronograma forte de desembolsos para o pagamento de passivos, ao mesmo tempo que mantinha no seu balanço "baixo estoque de ativos líquidos".

"PROVIDÊNCIAS". "Nessas circunstâncias, o Banco Central determinou a adoção de providências com vistas a assegurar a liquidez em níveis suficientes e adequados, assim como a apresentação de plano de contingência de liquidez atualizado", relata o BC.

Ainda de acordo com o documento enviado ao TCU, o BC diz que, no segundo semestre de 2024, a crise no Master se agravou, com frustração do seu plano de negócios, que previa captar R\$ 15 bilhões em recursos institucionais de longo prazo - mas somente R\$ 2 bilhões foram efetivamente captados.

"Ainda assim, a instituição financeira manteve a contratação de operações estruturadas de longo prazo e reduzida liquidez, sem gerar fluxos financeiros relevantes. O gerenciamento inadequado do risco de crédito contribuiu para o agravamento da crise de liquidez do conglomerado", diz o BC.

No documento, o BC cita que detectou uma série de irregularidades no Master. "Em função da atipicidade das operações, o Banco Central apurou a existência de irregularidades relacionadas a: insuficiência de capital, como resultado de ajustes determinados após se apurar que haviam sido prestadas informações incorretas à Autarquia; inexistência de ativos líquidos na composição de fundo de liquidez que dava amparo às operações estruturadas de longo prazo; e não atendimento de normas relativas ao gerenciamento do risco de crédito, inclusive por depender de informações prestadas por terceiros", diz o banco.

Como mostrou o Estadão, o BC sob Campos Neto também editou uma norma, em outubro de 2023, alterando a contabilização de precatórios (dívidas judiciais) como ativos de risco carregados pelos bancos, mas com uma brecha que ajudou o Master a não ser obrigado a fazer alterações em seu balanço.

Com isso, o Master, que carregava bilhões de reais de

precatórios e direitos creditórios em seu balanço, pôde continuar operando sem a necessidade de receber mais aportes por parte dos sócios ou ser obrigado a vender ativos.

Em agosto de 2023, a Warren Investimentos soltou relatório a clientes não recomendando a compra de CDBs do Banco Master.

O u s e j a : n o m e r c a d o , j á h a v i a d e s c o n f i a n ç a s s o b r e o c r e s c i m e n t o a c e l e r a d o d o b a n c o .

CARTÃO AMARELO. No relatório enviado ao TCU, o BC relata ainda que, a partir de novembro de 2024, o Master passou a ter dificuldades para rolar suas dívidas por meio das plataformas de investimentos.

É t a m b é m a p a r t i r d e s e m e n s - u m a n t e s d e C a m p o s N e t o d e i x a r o c a r g o - q u e o M a s t e r c o m e ç a a n ã o r e c o l h e r o s c o m p u l s ó r i o s o b r i g a t ó r i o s a o B a n c o C e n t r a l .

Esse é um dinheiro que os bancos são obrigados a deixar depositado no BC, como medida de prudência para a estabilidade do sistema financeiro.

"Diante das dificuldades de captação de recursos de investidores institucionais e mesmo após iniciar cessões de carteiras em conformidade com o plano de contingência implementado, a partir de novembro de 2024 o Banco Master S.A. não conseguiu mais rolar a totalidade de obrigações vencidas captadas via plataformas de investimento.

Além disso, foram registrados diversos episódios de recolhimento insuficiente dos depósitos compulsórios." O agravamento da crise levou o BC a notificar o Master de que o banco poderia ser alvo de medidas "prudenciais preventivas", espécie de cartão amarelo, tendo como base uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), de 2011, que busca "assegurar a solidez, a estabilidade e o regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional".

"Seus dirigentes foram cientificados pelo Banco Central de que essa situação poderia dar azo à aplicação de medidas prudenciais preventivas previstas na Resolução CMN n.º 4.019, de 29 de setembro de 2011, diz o BC.

CRESCIMENTO EXPONENCIAL.

A autorização para a compra e operação do então banco Máxima (depois rebatizado para Master) por Daniel Vorcaro foi concedida em outubro de 2019, primeiro ano de Campos Neto. Ele foi indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Do final de 2019 ao fim de 2024, o Master (que então se chamava banco Máxima) deixou de ser um banco com R\$ 3,7 bilhão em ativos para alcançar R\$ 82 bilhões, em valores nominais, sem considerar a **inflação**, de acordo com dados do Banco Central.

Segundo relatório da agência Moody's, o crescimento do banco foi de 40% ao ano em 2019, chegando a 100% em 2024. "Em menos de quatro anos, o Master se tornou a 25.ª maior instituição financeira do Brasil, em junho de 2024, quando era a 77.ª em 2021, diz a agência.

Campos Neto, durante o período em que esteve à frente do BC, sempre teve uma agenda a favor do crescimento dos bancos pequenos e médios, assim como dos bancos digitais, as chamadas fintechs, para tentar diminuir a concentração bancária no País.

Essa agenda, contudo, sempre deixou o BC em uma situação entre apertar a fiscalização, que acabaria prejudicando os pequenos, ou deixar o mercado correr mais solto, a fim de estimular a concorrência.

Ao que parece, no caso do Master, o banco pode ter se aproveitado das regras para crescer de forma desordenada e possivelmente criminosa, segundo indicam as investigações da Polícia Federal na Operação Compliance Zero.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Fed deve interromper sequência de cortes de juros

ALINE BRONZATI/CORRESPONDENTE EM NOVA YORK

O Federal Reserve (Fed, o banco central americano) deve interromper a sequência de três cortes de juros na primeira reunião de política monetária de 2026, que começou ontem e termina hoje. Sob renovada pressão, o presidente da autoridade, Jerome Powell, deve evitar dar pistas sobre o rumo das taxas, em meio às incertezas que cercam o mercado de trabalho e a inflação nos EUA.

Wall Street precifica chances de mais de 97% de que o Comitê Federal do Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) vai manter os juros estáveis na faixa de 3,50% a 3,75% ao ano nesta primeira superquarta do ano, com decisões de juros nos EUA e no Brasil, segundo a plataforma CME Group. Se confirmada, será a primeira pausa no ciclo de flexibilização monetária iniciado em setembro de 2025.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A oportunidade do capital estrangeiro

O retorno forte do investidor estrangeiro tem empurrado a bolsa de valores do Brasil, a B3, a sucessivos recordes neste início de ano. Pelo acompanhamento do Estadão/Broadcast, a entrada de recursos externos em janeiro - que acumulou R\$ 15,75 bilhões até o dia 22 - já corresponde a mais da metade de todo o saldo de 2025, de R\$ 25,4 bilhões. O desempenho garantiu estimativas inéditas para o principal índice da B3, o Ibovespa, apesar da grande volatilidade que costuma acompanhar esse movimento.

Trata-se, como se sabe, majoritariamente de capital especulativo, que flutua pelo mundo guiado por melhores oportunidades de retorno. Mas que também embute ganhos à economia, como valorização do real, aumento da liquidez do mercado e compra de títulos da dívida pública, o que facilita o financiamento de déficits orçamentários. No cômputo geral, dependerá do correto aproveitamento doméstico o coeficiente final positivo para a equação em que investidores buscam fora dos EUA alternativas para o dinheiro.

O movimento começou no ano passado, quando o presidente Donald Trump deu início à série de enfrentamentos à economia global em seu segundo mandato, tendo o tarifaço como centro de instabilidade. No Brasil, a B3 reverteu o fluxo do capital estrangeiro: em 2024, saíram R\$ 32 bilhões; em 2025, entraram mais de R\$ 25 bilhões. O ano de 2026 começou com novas investidas de Trump, como a deposição de Nicolás Maduro na Venezuela, intimidações estendidas a outros países da América Latina, interesse imperialista na Groenlândia, desafio à Otan e o confronto com o Fed, o banco central dos EUA.

A reação, mais do que previsível, foi o enfraquecimento da atratividade dos Treasuries, os títulos do governo norte-americano, e o êxodo do capital acionário, principalmente em direção a mercados emergentes.

O Brasil, apesar das incertezas fiscais e do risco do ano eleitoral, que tendem a afastar o capital estrangeiro, ganhou relevância como destino latino-americano.

As ações negociadas por aqui estão relativamente baratas, o mercado deposita apostas no início de um ciclo de queda de juros e o País se mantém a uma distância razoável das tensões geopolíticas globais.

Levantamento da Elos Ayta mostra que 33% das ações que compõem a carteira do Ibovespa - composta por 85 ações - atingiram máximas históricas entre os dias 22 e 23. É um início de ano bem acima das expectativas, com ganho que já supera a marca de 10%, o que cria dúvidas quanto à capacidade de renovação de recordes. Parte dos analistas que acompanham o mercado acredita que o bom desempenho possa se manter até abril, quando deve ficar definida a disputa à Presidência.

O País poderia fazer muito mais, diante da oportunidade que se abre em 2026, movida por fatores externos.

Poderia desenhar um cenário capaz de transformar o fluxo de capital de curto prazo em uma ponte para investimentos mais estruturados, que se sustentassem ao longo do tempo. Prudência fiscal que busque o controle efetivo da **inflação** e facilite a redução dos juros é um bom caminho. Mas, em ano de eleição, parece fantasioso.

Sítio: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Risco Trump" derruba dólar, e Bolsa bate novo recorde

As erráticas políticas tarifárias do presidente dos EUA, Donald Trump, têm feito o dólar perder valor globalmente. Em relação ao real, o recuo foi de 1,26% apenas ontem, acumulando perda de 5,2% em janeiro, fechando em R\$ 5,20, menor cotação em quase dois anos. O efeito Trump também leva investidores a buscar outros mercados, o que explica os sucessivos recordes do Ibovespa, tendo nova alta (1,79%) ontem. Já a prévia da **inflação** de janeiro ficou em 0,20%, levemente abaixo do esperado pelo mercado, e segue a expectativa de que o BC mantenha os juros em 15% na reunião de hoje do Copom. pàginais

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

DOLAR CAI A R\$ 5,20 MENOR VALOR EM QUASE 2 ANOS

As erráticas políticas tarifárias do presidente dos EUA, Donald Trump, têm feito o dólar perder valor globalmente. Em relação ao real, o recuo foi de 1,26% apenas ontem, acumulando perda de 5,2% em janeiro, fechando em R\$ 5,20, menor cotação em quase dois anos. O efeito Trump também leva investidores a buscar outros mercados, o que explica os sucessivos recordes do Ibovespa, tendo nova alta (1,79%) ontem. Já a prévia da **inflação** de janeiro ficou em 0,20%, levemente abaixo do esperado pelo mercado, e segue a expectativa de que o BC mantenha os juros em 15% na reunião de hoje do Copom.

Odólar comercial fechou ontem cotado a R\$ 5,20, o menor patamar em quase dois anos, encerrando com queda de 1,41% no dia. No mês, a moeda americana acumula recuo de 5,2%. E não foi só aqui: o índice DXY, que monitora o dólar frente a uma cesta de moedas, caiu 1,26%, a 95,82 pontos. Os mercados globais estão se afastando da moeda americana. Segundo analistas, isso se deve às erráticas políticas tarifárias do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Segundo o economistachefe da Monte Bravo Corretora, Luciano Costa, "foi um movimento essencialmente global":

- O dólar vem se enfraquecendo de forma relevante lá fora.

Em viagem a Iowa, ao ser perguntado por repórteres sobre o enfraquecimento da moeda americana, Trump disse que não se preocupava:

- Não, eu acho que está ótimo -disse. -Olhem para os negócios que estamos fazendo. O dólar está indo muito bem.

Ele ainda deu a entender que poderia manipular o dólar, fazendo-o "subir ou descer, como um ioiô."

Para Win Thin, economista-chefe do Bank of Nassau, o presidente americano "contratou mais uma sequência de venda de ativos", que vai resultar em novas quedas do dólar.

- Muitos no gabinete de Trump querem um dólar mais fraco, a fim de tornar as exportações mais competitivas - disse Thin à agência Bloomberg. - Estão

assumindo um risco calculado. Uma divisa mais fraca pode ser ótima, até as coisas saírem do controle.

PARCEIROS SE AFASTAM

Há ainda uma busca tanto por ativos considerados mais seguros, como o ouro - que na segunda-feira ultrapassou o patamar de US\$ 5 mil -, quanto por mercados emergentes. As novas polêmicas de Trump - as ameaças à Groenlândia e a pressão sobre o Federal Reserve, o banco central dos EUA - só reforçaram a fuga dos ativos americanos.

Os investidores ainda veem parceiros tradicionais dos americanos buscando outras frentes. A União Europeia, por exemplo, este mês fechou acordos comerciais com o Mercosul e com a Índia (leia

mais abaixo), e o Canadá está negociando com a China.

Esse cenário contribuiu para o Ibovespa, índice de referência da Bolsa brasileira, registrar recordes sucessivos, impulsionados pela forte entrada de investidores estrangeiros. Ontem o Ibovespa fechou em alta de 1,79%, aos 181.919 pontos, novo recorde. Durante as negociações, o índice chegou a ultrapassar os 183 mil pontos.

Para Gilberto Braga, professor de Finanças do Ibmecc, a tendência no curto prazo é que o dólar se mantenha mais fraco, com a consequente valorização das moedas de economias emergentes.

- Ainda que se espere algum grau de oscilação, o mercado parece mais acostumado aos movimentos políticos e econômicos mais agressivos de Trump, o que traz certa previsibilidade e reduz a volatilidade da divisa -afirmou Braga.

Segundo dados do Valor Data, entre os dias 19 e 23 de janeiro os investidores estrangeiros aportaram R\$ 10,4 bilhões em recursos no segmento secundário da B3 (ações já listadas). É o maior fluxo desde 13 de novembro de 2020.

Outro fator favorável para o Ibovespa foi a prévia do índice oficial de **inflação**, considerada positiva. O IPCA-15 ficou em 0,20% este mês, uma desaceleração frente ao 0,25% de dezembro. O

resultado ficou abaixo das projeções do mercado, de 0,22%. Com isso, o acumulado em 12 meses iniciou o ano em 4,50%, bem no teto da meta de **inflação** -na véspera da decisão, hoje, sobre a taxa básica de juros pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Analistas esperam que a taxa seja mantida no atual patamar, de 15%.

FATOR JAPÃO

No câmbio, tem pesado ainda o cenário do Japão. Na última sexta-feira, a primeira-ministra Sanae Takaichi dissolveu o Parlamento do país e convocou eleições gerais para 8 de fevereiro. Analistas viram nisso uma tentativa de capitalizar seus altos índices de aprovação para formar um Parlamento alinhado ao governo.

Segundo Costa, da Monte Bravo, a medida gerou desconforto entre investidores e levou a uma desvalorização ainda maior do iene, que já vinha recuando frente ao dólar desde outubro. Surgiram então rumores de que os Estados Unidos poderiam coordenar uma intervenção cambial com autoridades japonesas. Isso fez o iene atingir a maior cotação em dois meses - enquanto o dólar se desvalorizava.

Sinais de que Tóquio e Washington estariam monitorando conjuntamente as taxas de câmbio aumentaram a volatilidade nos mercados, pois operadores passaram a interpretar os movimentos como preparação para uma possível intervenção coordenada entre EUA e Japão.

Autoridades japonesas confirmaram ontem uma coordenação com os EUA na questão cambial, mas evitaram o termo intervenção.

-Se os mercados interpretarem essa articulação como uma disposição para tolerar condições globais mais frouxas para o dólar, podem aumentar a pressão de baixa sobre a moeda americana -disse à Bloomberg Daniel Baeza, vice-presidente sênior da gestora Frontclear.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Selic: corte pede expectativas ancoradas

(Artigo)

Nilson Teixeira

Em outubro do ano passado, defendi neste espaço que, com base nas informações então disponíveis, a melhor resposta do Banco Central (BC) seria manter a taxa Selic estável em 2026. Isso reduziria o risco de a **inflação** não convergir para o centro da meta no horizonte de previsão relevante, pois a desinflação observada refletia, em parte, choques temporários que mascaravam pressões de um mercado de trabalho aquecido e de políticas fiscais e parafiscais expansionistas.

Diante das informações atuais, minha leitura permanece a mesma. Essa avaliação diverge do consenso, pois a maioria dos políticos, integrantes do governo, representantes de empresas e participantes do mercado financeiro clama pelo corte de juros. Os defensores do afrouxamento monetário citam a redução da **inflação** corrente, o recuo das expectativas de **inflação**, a projeção de **inflação** do BC próxima

o a 3% no 1 trimestre de 2028, a apreciação cambial, a desaceleração recente da atividade e o caráter supostamente excessivo do aperto monetário. Acrescentam, ainda, que o centro da meta de 3% é irrealista para o Brasil.

Embora vários desses pontos procedam - exceto o argumento equivocadamente de meta irrealista -, essas alegações não bastam para justificar o afrouxamento monetário. Projeções de **inflação** persistentemente muito acima de 3%, previsões de expansão do **PIB** em linha ou acima do crescimento potencial e baixa credibilidade fiscal do governo - política bastante expansionista e alta significativa da dívida bruta - pesam contra a decisão.

É verdade que a **inflação** ao consumidor em 12 meses diminuiu no ano passado, especialmente nos últimos meses. Ainda assim, a **inflação** IPCA foi de 4,3% em 2025, próxima ao limite superior do intervalo da meta. A melhora deveu-se sobretudo à baixa **inflação** de alimentos (2,9%) e de bens industriais (2,4%), enquanto a **inflação** de serviços (6%) e a de itens mais sensíveis às condições do mercado de trabalho (6,8%) seguem pressionadas. Além disso, as medianas das projeções de **inflação** de 4% em 2026, 3,8% em 2027 e 3,5% em 2028 e 2029 não

demonstram a desejada convergência para o centro da meta, enfraquecendo o caso a favor do afrouxamento.

A história recente tampouco respalda o início do corte de juros sem conter o peso da memória inflacionária. Desde janeiro de 2010, a **inflação** IPCA foi infeem rior ao centro da meta apenas em 37 dos 191 meses - menos de 20% dos meses, com concentração entre abril de 2017 e outubro de 2020. Por outro lado, a **inflação** foi ao menos 1 ponto percentual acima da meta em mais de 60% dos meses, sendo que em 40% deles ultrapassou o limite superior, reforçando a percepção de instabilidade dos preços.

Do mesmo modo, não há evidências de que o afrouxamento seja urgente para evitar uma desaceleração excessiva. Ao contrário, o aumento dos juros de 10,5% em agosto de 2024 para 15% em junho de 2025 e a sua estabilidade posterior têm convivido, desde meados de 2021, com a expansão do **PIB** acima do crescimento potencial. As medianas das expectativas de crescimento são de 1,8% em 2026 e 2027 e 2% em 2028 e 2029. Mesmo assumindo

o expansão do **PIB** nula no 4 trimestre de 2025, seria necessário crescer, em média, 0,7% a cada trimestre deste ano para alcançar 1,8% em 2026. Tal desempenho está longe de ser fraco.

Pesando ainda mais contra o corte de juros, o quadro fiscal segue desfavorável há anos. O resultado primário foi deficitário todos os anos da atual gestão, com a dívida bruta do governo geral aumentando de 72% do **PIB** em dezembro de 2022 para 79% do **PIB** em novembro de 2025. A expectativa é de déficit também em 2026, com a dívida se aproximando de 85% do **PIB**. Embora o ajuste seja premente, não há sinais de que o próximo governo consiga promovê-lo a partir de 2027, o que fragiliza ainda mais a sustentabilidade fiscal.

Portanto, é difícil compatibilizar um afrouxamento monetário com um cenário que combina: expansão próxima ao crescimento potencial; mercado de trabalho robusto, com desemprego abaixo da Nairu e alta significativa dos salários reais; **inflação** corrente e expectativas bem acima do centro da meta; e política fiscal bastante expansionista, com forte ampliação da dívida. Mesmo que a política monetária continue

contracionista, é plausível que um corte de juros interrompa a desinflação, em vez de torná-la apenas mais gradual. Um afrouxamento sem sinais firmes de convergência da **inflação** para o centro da meta enfraquecerá, mais uma vez, a reputação do BC e do regime de metas, sobretudo se as expectativas não se confirmarem e for preciso reverter o ciclo antes das eleições.

Contrariando minha leitura e alinhada às projeções da maioria, a curva de juros da última 2 feira apreçava corte da taxa Selic de 5 pontos-base (pb) na reunião do Copom de hoje, 25 pb em março, 40 pb em abril e 47 pb em junho, com juros de 12,54% no fim do ano. Nesse sentido, a atenção ao **comunicado** do Copom de hoje estará concentrada menos na decisão acerca da taxa Selic e mais na possível sinalização de corte de juros em março.

Se vier, tal mensagem reforçará a percepção de que, apesar dos avanços, a transparência da comunicação do Copom precisa melhorar muito. Na ausência de mudanças relevantes de cenário, a sinalização de corte em março reforçaria a imagem de que os documentos do Copom não são uma boa orientação para muito além de um mês. Caso isso ocorra, frases repetidas no último documento como "Para assegurar a convergência da **inflação** à meta em ambiente de expectativas desancoradas, exige-se uma política monetária em patamar significativamente contracionista por período bastante prolongado" e "o Comitê... não hesitará em retomar o ciclo de ajuste" terão representado grave falha de comunicação.

Em suma, as condições econômicas são propícias para que o BC busque a benéfica ancoragem das expectativas de **inflação** em torno do centro da meta. Um afrouxamento monetário prematuro pode até trazer algum benefício no curto prazo, mas pode prejudicar a sociedade no médio prazo ao reforçar a instabilidade dos preços.

Nilson Teixeira, Ph.D. em economia pela Universidade da Pensilvânia, escreve quinzenalmente neste espaço.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Dólar vai à mínima em 20 meses e derruba juros futuros

Arthur Cagliari, Vinícius Lucena e Gabriel Caldeira

Na véspera da decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, os mercados domésticos de câmbio e juros viveram um dia de euforia. O tombo global sofrido pelo dólar e o fluxo de entrada para mercados emergentes se refletiram no comportamento do real, que registrou o melhor desempenho entre as principais moedas do globo na sessão. O alívio no câmbio se somou, ainda, ao IPCA-15 de janeiro e a uma leve reprecificação nas apostas para a decisão de hoje do Copom, o que derrubou os juros futuros.

A entrada de recursos nos mercados emergentes continuou a ditar o tom dos negócios no globo e deu um impulso adicional à valorização dos ativos domésticos. No exterior, predominou o "debasement trade" (desvalorização acentuada da moeda em contraponto a ativos reais) no dólar, que despencou frente a divisas fortes e de emergentes. No mercado doméstico, o dólar exibiu desvalorização de 1,41%, negociado a R\$ 5,2056, no menor nível desde maio de 2024.

O real mais apreciado se somou a um IPCA-15 benigno e a declarações mais "dovish" (favoráveis a juros mais baixos) do estrategista-chefe da BTG Pactual Asset Management e ex-diretor do BC, Tiago Berriel, ao Valor, em uma combinação que provocou uma forte queda dos juros futuros de todos os vencimentos. Nos de curto prazo, predominou a visão de uma Selic menor à frente; e, nos longos, o fluxo estrangeiro foi determinante.

No fim dos negócios, a taxa do DI para janeiro de 2027 caiu de 13,68% para 13,575%, enquanto a do DI para janeiro de 2031 recuou de 13,305% para 13,145%.

Chamou atenção, ainda, a re

precificação observada no mercado de opções digitais. O mercado continua a embutir nos preços chance majoritária (76%) de a Selic seguir em 15% na decisão do Copom de hoje. Já a probabilidade de um corte de 0,25 ponto no juro básico subiu de 15% para 23% ontem, na esteira do IPCA-15 e das declarações de Berriel, que disse não ver motivos para não haver uma redução na taxa já nesta reunião. A chance de uma redução de 0,5 ponto na Selic ficou em 1%.

"O Copom decide juros amanhã [hoje] e o mercado está cada vez mais animado com a perspectiva de 'abrir a porta'. A dúvida é se o comitê vai cortar os juros de imediato ou apenas preparar o terreno", observa o trader de renda fixa de um grande banco local em condição de anonimato. "Uma coisa parece clara: se a reunião fosse em dez dias, o nível mais baixo do câmbio já estaria se refletindo na projeção de inflação do horizonte relevante", afirma.

O câmbio, de fato, tem tido efeito relevante no comportamento

do mercado de juros. E, com o "debasement trade" em vigor, há uma sensação no mercado de que a valorização das moedas emergentes - e, consequentemente, do real - pode ter continuidade.

Na visão do chefe de macroeconomia da Vinci Compass, José Carlos Carvalho, a desvalorização global do dólar é um desejo do governo de Donald Trump, que pode se estender. "A explicação para esse movimento global não está em questões pontuais, como a disputa pela Groenlândia. Isso tem efeito [nos preços], mas mais de curto prazo. O dólar mais fraco é resultado de um desejo antigo de Trump de levar a indústria de volta para os EUA", diz. "Outros presidentes antes de Trump fizeram isso, como Richard Nixon e Ronald Reagan."

E, no caso do real, os fundamentos também têm ajudado a dinâmica recente do câmbio. Carvalho observa, em especial, a conta de capital - com a entrada de recursos para renda fixa e renda variável - e a balança comercial brasileira. "Como o dólar está ficando fraco, o investidor está buscando alternativas de investimento [que não sejam as ações de empresas americanas]", diz. "Além disso, o dólar mais fraco fortalece o preço de commodities. Com quase todos os preços de commodities em alta, países exportadores desses produtos se beneficiam", enfatiza.

É nesse sentido que os mercados têm andado todos na mesma direção otimista. Com o Ibovespa na máxima histórica - ontem chegou à marca de 183 mil pontos - e os juros de longo prazo em queda, em um sinal de fluxo de entrada na renda fixa, o câmbio tem se valorizado de forma relevante. Somente neste ano, o dólar acumula queda de 5,16% frente ao real, que

sustenta um dos melhores desempenhos entre as moedas emergentes.

Na visão do gerente da tesouraria do Banco Daycoval, Otávio Oliveira da Silva, há uma resposta mais firme do mercado à política externa de Trump nesta semana, o que tem favorecido as moedas emergentes. "Com os EUA tendo uma posição mais isolacionista do ponto de vista econômico, naturalmente os outros países não querem dependência total e absoluta do dólar americano. É uma resposta das ações tomadas desde o início do governo Trump", afirma.

Para o executivo, o Brasil deve continuar a se beneficiar do movimento global de diversificação, o que não depende explicitamente das decisões de política monetária de hoje aqui e nos EUA, já que a Selic seguirá em níveis muito elevados. "O efeito do diferencial de juros favorece essa entrada."

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Tesouro Direto tem emissão líquida recorde em dezembro

Ruan Amorim

O programa Tesouro Direto teve emissão líquida de R\$ 5,95 bilhões em dezembro de 2025, o maior valor da série histórica. No mês, foram realizadas 1.196.655 operações de investimento em títulos do programa, segundo maior valor da série, totalizando R\$ 9,48 bilhões investidos, também o segundo maior valor.

No mês passado, o total de investidores ativos no Tesouro Direto, isto é, aqueles que atualmente estão com saldo em aplicações no programa, atingiu a marca de 3.436.324 pessoas, um aumento de 127.019 investidores no mês e de 14% no ano.

As aplicações de até R\$ 1 mil representaram 56,6% das operações no mês, sendo o valor médio por operação de R\$ 7.918,47.

Os títulos indexados à Selic foram os mais demandados no mês, totalizando R\$ 4,9 bilhões em vendas (51,5% do total). Já os títulos indexados à inflação totalizaram, em vendas, R\$ 3,4 bilhões (36% do total); e os prefixados, R\$ 1,2 bilhão (12,5%).

Dos resgates antecipados, predominaram os papéis indexados à Selic, que somaram R\$ 2,4 bilhões (69,3%). Os títulos remunerados por índices de preços totalizaram R\$ 760 milhões (21,5%), e os prefixados, R\$ 322,3 milhões (9,1%).

Quanto ao prazo, a maior parcela de vendas se concentrou nos títulos com vencimento entre cinco e dez anos, que alcançaram 41% do total. As aplicações em papéis com vencimento acima de dez anos representaram 19,8%, enquanto os títulos com vencimento de um a cinco anos corresponderam a 39,2% do total.

Em dezembro, o estoque fechou em R\$ 213,2 bilhões, alta de 3,8% em relação ao mês anterior e de 35,9% sobre dezembro de 2024. Os títulos remunerados por índices de preços seguem como os mais representativos do estoque, com R\$ 107 bilhões (50,2% do total).

Site: <https://valor.globo.com/impreso>